

Mensalidades passam de Cr\$ 10 milhões

Os carnês das mensalidades escolares do mês de fevereiro estão assustando os pais. Algumas escolas, como a Britânica, já estão cobrando mais de Cr\$ 10 milhões para os alunos que cursam a 2ª e a 3ª séries do Segundo Grau. Em circular enviada aos pais em dezembro, a escola anunciou os valores de janeiro — variando entre Cr\$ 2.612,277 para o jardim de infância e Cr\$ 7.112.620,00 para as duas últimas séries do Segundo Grau — e informou que estes valores seriam reajustados em 43,79% no mês de fevereiro.

Com a livre negociação, não há mais um índice determinado para o reajuste das mensalidades. Enquanto a Escola Britânica anunciava um reajuste de 43,79%, no Colégio São Bento os índices variavam entre 61% e 78%. Aos alunos da 1ª à 4ª séries — que ficam na escola em horário integral — será cobrada uma mensalidade de Cr\$ 6.055.162,00. Já os alunos da 3ª série do Segundo Grau pagarão Cr\$ 3.328.600,00, sem horário integral. No Colégio Franco-Brasileiro, as mensalidades de fevereiro vão variar entre Cr\$ 2.383.000,00 (do C.A. à 4ª série) e Cr\$ 3.123.000,00 (3ª série do Segundo Grau). Até no maternal as mensalidades espantam o bolso. No da Sisley Dawsey, em Ipanema, paga-se nada menos de Cr\$ 2,6 milhões.

— É por isso que ter uma escola particular é um dos negócios mais rentáveis do país — dis-

se o presidente do Sindicato dos Professores, Gilson Puppín.

Segundo ele, o piso salarial da categoria deverá variar em fevereiro entre Cr\$ 27.780,00 por hora de aula para os professores até a 4ª série e Cr\$ 42.562,00 por hora/aula para os de Segundo Grau que dão aulas para turmas com mais de 35 alunos. Puppín esclareceu que esse valor é o recebido por 85% da categoria, mas nas escolas consideradas de ponta — as melhores do Rio — os professores receberão cerca de Cr\$ 128 mil em fevereiro. Mesmo assim, segundo o presidente do Sindicato, a mensalidade paga por um aluno é suficiente para pagar o salário de um professor.

A assessora jurídica da Associação de Pais e Alunos do Estado do Rio de Janeiro (Apaerj), Francisca Pretzel, informou que a entidade está propondo aos pais que não concordem com os reajustes que entrem com uma ação pedindo que as planilhas de custos sejam apresentadas. Com isso, pode ser feita uma análise para avaliar se os reajustes foram abusivos ou não. Segundo Francisca Pretzel, a entidade propõe que sejam formados grupos com mais de 20 pais, para que as custas judiciais sejam divididas. A partir daí, a Apaerj entrará com uma ação para análise das planilhas, ao mesmo tempo em que solicitará à Justiça que, enquanto a ação estiver transcorrendo, o pagamento seja feito em juízo — ou seja, sem reajustes das mensalidades até a conclusão da ação.